II

RELAÇÕES DE GÊNERO, MORALIDADES E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR*

Graziela Acquariva¹

No exercício profissional de assistente social no atendimento de sujeitos enredados (vítimas e autores) nas armadilhas das relações violentas ou na sala de aula, como docente no processo de ensino-aprendizagem, referências teóricas fazem-se fundamentais para avançarmos nas leituras, interpretações, no conhecimento e reconhecimento das diferentes expressões de violência. A recorrência a Ianni (2004, p. 168-169) é imperiosa, porque nos orienta nos estudos e análises, incluindo aí as expressões da violência de gênero praticada contra as mulheres, produto criado social, política e historicamente em raízes tradicionais e conservadoras, que, uma vez incorporado pela cultura, foi e ainda é naturalizado e vai passando a ser introjetado até na constituição da subjetividade das mulheres (SAFFIOTI, 2009). O mestre nos alerta:

[...] a violência é um acontecimento excepcional que transborda através de várias ciências sociais; revela dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história, em suas implicações político-econômicas, sócio-culturais, objetivas e subjetivas. [...] Em geral, a fúria da violência tem algo a ver como a destruição do “outro”, “diferente”, “estranho”, como o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo embutido nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais [...] é um evento heurístico de excepcional significação. Revela o visível e o invisível, o objetivo e o subjetivo, no que se refere ao econômico, político e cultural, compreendendo o individual e o coletivo, a biografia e a história. Desdobra-se pervasivamente pelos poros da sociedade e do indivíduo. É um evento heurístico de excepcional significação, porque modifica as suas formas e técnicas, razões e convicções de

*DOI – 10.29388/978-65-86678-28-4-0-f.45-66

¹ Assistente social, mestrado e doutorado em Serviço Social da PUC-SP. Exercício profissional entre o trabalho com mulheres em situação de violência, na Casa Eliane de Grammont/CEM/ PMSP e a docência na graduação em Serviço Social na PUC-SP. Na academia, coordena o Núcleo de Violência e Justiça, e ministra disciplinas relativas ao “fazer profissional” e aquelas dos processos metodológicos de pesquisa em Serviço Social, Investigação em Serviço Social, Seminários e Orientação de TCC.

conformidade com as configurações e os movimentos da sociedade, em escala nacional e mundial. Explicita nexos insondáveis da subjetividade de agentes e vítimas, em suas ilusões e obsessões, ao mesmo tempo que explicita modalidades inimagináveis e verdadeiros paroxismos de processos e estruturas de dominação e subordinação. Revela a alucinação escondida na alienação de indivíduos e coletividades. Nasce como técnica de poder, exercita-se também como modo de preservar, ampliar ou conquistar a propriedade, adquire desdobramentos psicológicos surpreendentes no que se refere aos agentes e vítimas. (IANNI, 2004, p. 168-169)

Seguindo na perspectiva do referido sociólogo, ousaríamos inferir sobre a plasticidade e a capilaridade da capacidade invasiva da violência de penetrar nos poros da sociedade, das instituições (Educação, Justiça, Casamento, família...) e dos sujeitos. Toma formas e contornos para ser reinventada e manter-se articulada de acordo com as relações de poder das forças dominantes. Para as expressões da violência de gênero praticada contra as mulheres no interior das relações familiares e domésticas, objeto prioritário das análises desse texto, tomamos de empréstimo a lente de Ianni, ampliando o *zoom* e procurando demarcar as especificidades dessa violência em face de sua secularidade, historicidade e transversalidade nas formações socioeconômicas, principalmente com cristalização da dominação masculina sobre os corpos, o exercício da sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres.

Fortes (2018, p. 443) traz para o Serviço Social um resgate teórico dos estudos de Marx, Engels e Lukács sobre a gênese social da inferiorização das mulheres como um processo formativo construído historicamente. Os pensadores germânicos desenvolveram a tese dessa inferiorização das mulheres no enraizamento das mudanças das concepções sobre família. Através dos estudos de etnólogos que os antecederam, a transição da família *sindiásmica* (casamento entre homens e mulheres, sem coabitação, com prevalência da linhagem da mulher para herança, onde tudo ficava para os irmãos/irmãs e sobrinhos da falecida; os filhos do atual varão nada recebiam do que havia sido produzido dentro dessa união) para a família *monogâmica* (casamento com coabitação exclusiva entre um homem e uma mulher, constituindo-se num sistema independente de consanguinidade, herança de pais para filhos) seria o grande demarcador político da submissão das mulheres aos homens. Esta família seria consequência da propriedade individual, elemento central da estrutura social e, aí, o exercício da sexualidade das mulheres foi reduzido a sua natureza reprodutiva, agora de herdeiros desse proprietário. A vida delas foi sendo encaminhada para a reclusão e

o confinamento dos papéis e funções de esposas devido ao controle da sua vida sexual através da monogamia, reclusão e confinamento só e tão somente para o segmento social feminino.

Transformações estruturais dos pontos de vista econômico e político profundamente articuladas com a reprodução da vida social e individual das famílias e de cada um de seus integrantes afetaram a todos. Historicamente, o peso das desigualdades de gênero vai sendo institucionalizado, legitimado e naturalizado com maior carga para as mulheres, e materializado em todas as esferas da vida. Patriarcado instituído, demarca seus contornos, limites e império.

Nessa trama sofisticada entre gênero, inferiorização das mulheres e patriarcado, Saffioti (2009, p. 33) sinaliza o fato de o gênero ser constitutivo das relações sociais desde sempre; haveria diferenças e não necessariamente submissão das mulheres aos homens; e em termos de temporalidade essa condição histórica teria durado em torno de 250 000 anos. O patriarcado, por sua vez, seria um sistema criado, implantado e preservado pelos homens sobre as mulheres há pelo menos 6 ou 7 milênios. A mestre ficou sintonizada com a denominação de ordem patriarcal de gênero, visto que incorpora o gênero, realizando um processo de transformação de diferenças em desigualdades. Mesmo ocorrendo possíveis alterações conforme a fase histórica, econômica-política e cultural e os determinantes sociais exigidos pelas forças produtivas, a natureza desse sistema permanece e com selo de validade ainda por vencer.

Num salto histórico (olímpico) com o processo de criação do modo de produção capitalista, a união perfeita entre essa economia e o patriarcado foi sendo cristalizada, e a divisão sexual do trabalho foi sendo acirrada, indicando ocupações de menor valorização econômica e social para as mulheres, com maior jornada diária e baixa remuneração. Em paralelo à entrada no mercado de trabalho remunerado, manteve-se o trabalho doméstico, o cuidado com os familiares e a reprodução da prole, preservando-se a força de trabalho futura e/ou herdeiros.

No Brasil, vale demarcar que, no seu atraso à modernidade entre seus 520 anos de existência, durante a colonização (1500-1822) de Portugal e até quase o final do Império (1822-1888), a força de trabalho escrava dos negros e negras foi a mola motriz, sem nenhum direito a não ser a condição de mercadoria. A economia era centrada na produção agrícola de exportação e os submetidos à escravidão realizavam todo o trabalho no engenho, desde o plantio da cana até produção do açúcar, exercendo a maior parte do trabalho também na agromanufatura e nos trabalhos exigidos no período da mineração. Parte das negras eram postas no trabalho doméstico e, mesmo de amas de leite, submeti-

das às esposas brancas dos patriarcas e a eles próprios. Negras escravizadas ainda podiam sofrer violência sexual de homens brancos. Patriarcado e racismo eram reproduzidos numa simbiose histórica, das colônias africanas de Portugal, desde 1444, para o Brasil, avançando também sobre os povos originários da América, os indígenas.

O tráfico humano de negros africanos se constituiu num negócio altamente lucrativo para europeus colonizadores da América e, no Brasil, teve maior intensidade no século XVIII, mesmo quando na Europa se têm os primórdios da industrialização (1750/Inglaterra) com a mecanização da produção, e as lutas políticas revolucionárias (1789/França).

Esse conjunto de transformações perpassa o próximo século acentuando o processo de produção via industrialização, exigindo trabalhadores nas cidades para ocuparem os empregos gerados. As máquinas aceleravam a produção, a distribuição e a comercialização de mercadorias, acentuando a possibilidade de concentração de lucros via exploração dos trabalhadores, e a dinâmica da economia diferenciava-se com a institucionalização do modo de produção capitalista.

Em relação à governabilidade, a extinção dos reinados e impérios, a formação dos Estados e a institucionalização da representação política via parlamento estavam sendo instaladas. Representação e poder antes dos aristocratas, agora era dos homens comerciantes, empresários, fazendeiros, banqueiros, proprietários e brancos. Constitua-se a burguesia, a elite dominante com direito à cidadania e ao voto. Mulheres, crianças, idosos, negros, indígenas, pessoas com deficiência, todos diferentes dos brancos, machos e proprietários dos meios de produção, do capital, da distribuição das mercadorias, permaneciam com direitos restringidos por essa elite patriarcal, capitalista e racista.

A condição de trabalho remunerado para as mulheres, mesmo que precariamente, desde então proporcionou maiores possibilidades de reconhecimento político da extenuante dupla jornada de trabalho a que estavam expostas. A submissão aos homens no mundo do trabalho era semelhante à da vida conjugal e familiar, sendo que a exigência do trabalho de lavar e passar roupas; faxinar; comprar alimentos e outros produtos da vida em domicílio; organizar, preparar os alimentos para a família inteira; ser amante e esposa do marido; criar e educar os filhos, além da possibilidade de ser cuidadora responsável por familiares ou parentes adoecidos, permanecia inalterada. A monogamia e a reprodução da força de trabalho estavam intactas nessa economia, garantia de dominação e exploração das mulheres incontáveis vezes, fosse no mundo do trabalho, fosse nas relações interpessoais.

As articulações entre a historicidade sedimentada do patriarcado, as discriminações raciais e étnicas, acentuadas contra o “outro” ou o “diferente”, o estabelecimento das disparidades entre as classes em formação (empresários e trabalhadores), como pilastra sustentadora desse modo de produção, ou seja, a tríade patriarcado, capitalismo e racismo vai sendo instituída com prevalência sobre qualquer outra forma de economia e política.

Esse rápido esboço histórico contribui para ilustrarmos a permanência de fios condutores da violência de gênero praticada contra as mulheres nas diferentes esferas da vida, mesmo havendo transformações políticas e econômicas. Essas demarcações em si constituem em violência, pois a capacidade de autonomia, de liberdade e de ser sujeito na sua integralidade estão violadas com as restrições patriarcais instituídas compulsoriamente sobre o corpo e a vida sexual e reprodutiva das mulheres, como o casamento e a família monogâmica. Esses elementos são demarcadores políticos da predominância feminina inferiorizada, e mesmo que as mulheres como categoria social tenham sido incorporadas no trabalho de produção, mesmo que os planos democráticos fossem instituídos, sua participação social e política girava em torno das relações interpessoais, principalmente as da intimidade e familiares.

Quase no final do século XIX, em 1888, o Brasil independente, único país a manter a escravidão, libera os escravizados dessa condição de vida, sem que com isso fosse delineado um projeto econômico que os incorporasse na vida em sociedade, fosse nas cidades ou no campo. Todos tinham desenvolvido aprendizagens diferenciadas e diversas em todos os processos de produção agrícola, pastagem de animais, carpintaria, consertos de maquinários e de veículos de transporte, preparação, armazenamento e cozimento de alimentos. Habilidades para o trabalho existiam, o que não existia era a decisão e a vontade política de reconhecer essa força de trabalho com direito a remuneração e igualdade de direitos aos brancos. O racismo estrutural, institucional, combinado com o patriarcado e o modo de pensar capitalista, prevaleceu.

Um século depois, em 1988, mulheres brasileiras, negras e brancas, depois de muitas lutas sociais e organização política, conquistaram igualdade de direitos políticos e civis em relação aos homens na nova Constituição Federal, promulgada após um período de mais de duas décadas de ditadura e uma recém-nascida diante dos possíveis sete milênios de ordem patriarcal de gênero.

Direitos conquistados são definitivamente importantes, mas sua materialização depende de uma maturidade histórica e ética em que as relações de poder entre os gêneros possam ser redimensionadas, também no interior das classes e na relação contraditória entre estas, assim como as discriminações raciais e

étnicas possam ser reconhecidas nas suas dimensões estruturais, institucionais e interpessoais.

Os promotores das subversões de gênero, raça e etnia, ao reivindicarem sua inserção e reconhecimento político como sujeitos sociais, provocam sustos, pequeníssimas fissuras nas relações de poder dominante, em que a mera ameaça de perda provoca resistências de natureza conservadora, por exemplo, a recusa das conquistas de igualdade de direitos. Para combater essa reação, deve haver o reconhecimento das desigualdades de gênero e raciais na pauta das agendas públicas, e a exigência de o Estado responder com ações afirmativas para compensar esses prejuízos históricos, como as cotas para negros nas universidades, o combate e a tolerância zero ao racismo institucional; o exercício livre da sexualidade e o reconhecimento da diversidade sexual, a descriminalização do aborto, a prevenção e o combate a todas as formas de violência praticada contra as mulheres e contra os segmentos LGTTQI+; visibilidade política do abuso de autoridade e da arbitrariedade do sistema de justiça e segurança pública, ou dos políticos, governantes...

Aqueles que detêm o poder político nas relações sociais estão sempre em alerta e ativam processos de resistência constantemente, porque diminuir o distanciamento entre o direito conquistado, sua escrita na letra da lei e a vida de fato exige reconstituir patamares de negociação de acesso, conquista e redistribuição do poder. Somente os que vivem a dominação e exploração têm interesse em alterar essas desigualdades de poder, no entanto, é preciso romper com a alienação enquanto requisito fundamental para alcançar esse objetivo. Deve haver conhecimento e reconhecimento intelectual e político dessa condição objetiva de vida e a busca de estratégias com força social de enfrentamento, luta e resistência pela garantia de direitos, pela revisão dos valores culturais conservadores que impedem a efetiva participação social e política, buscando-se um direcionamento a outro projeto de sociedade, mais igualitária, ou melhor, equitativa.

Violência e suas expressões são constitutivos dessa trama de disputa pelo poder, na medida em que a dominação e a exploração de homens sobre as mulheres, no que se refere ao gênero, atua como determinante político de raiz. E, quando intrinsecamente articuladas à ostensividade desse domínio, via exploração de uma classe sobre a outra, de brancos sobre negros, sobre os indígenas, contra qualquer nação, Estado, sujeitos diferentes do pensamento masculino, machista, branco e dominante, estamos em territórios violentos, concretos ou simbólicos.

Violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres

Quando se trata de violência doméstica e familiar, a tendência à sua privatização oferece resistências históricas, vez que sua inclusão no plano das relações e desigualdades de gênero a denunciam como expressão de violência estruturante das relações sociais.

Scott (1990), Saffioti (1994; 1999) e Almeida (1998; 2007a) foram assertivas sobre o imperativo das relações de poder desiguais entre os gêneros, entre as gerações, entre brancos e negros e indígenas, entre as classes sociais como estruturantes das relações sociais, sejam na esfera pública ou na esfera privada. Mesmo havendo particularidades na vida em domicílio, seja entre familiares ou sujeitos que vivem no mesmo espaço, tais relações integram os sujeitos e são a eles transversais, tecendo uma trama complexa de malha fina, na qual discriminações, preconceitos e violência são de difíceis identificação, reconhecimento e visibilidade política no contorno do cotidiano.

Nessa esteira, visibilidade e invisibilidade atuam como características intrínsecas da violência doméstica e familiar, fato instigador de um investimento maior para buscarmos diferenças e semelhanças, contradições e ambiguidades entre essas conceituações e suas implicações para serem reconhecidas como uma questão política e social. Ambas referem relações violentas, sendo que o espaço do domicílio e mesmo fora deste denota o *locus* de materialização dessas violências; mais do que isso, é um demarcador de um território físico e um território simbólico (SAFFIOTI, 1997) onde a violência ocorre, mesmo não havendo mais coabitação entre autores e vítimas de violência.

Relações entre familiares ou moradores dos domicílios são, contraditoriamente, de proteção e de desproteção. Têm raízes e trajetórias históricas entre sujeitos conhecidos, seja pela parentalidade, seja na pareceria da intimidade, seja pela convivência no mesmo espaço por amizade, por divisão de investimentos e gastos diante da sobrevivência diária.

Para Saffioti,

Esse tipo de violência é possível graças ao estabelecimento de um território físico e de um território simbólico, nos quais o homem detém praticamente domínio total. Seu território geográfico é constituído pelo espaço do domicílio. Todas as pessoas que vivem sob o mesmo teto, vinculados ou não por laços de parentesco ao chefe local, devem-lhe obediência. (SAFFIOTI, 1997, p. 46)

Nessa linha de raciocínio, historicamente, relembremos que mulheres no emprego doméstico, principalmente as negras, poderiam ser alvo de discriminações e abuso sexual, desde a condição de escravizadas até a contemporaneidade. Violência hoje que é mais evidenciada, denunciada, combatida e criminalizada, mesmo havendo resquícios da cultura patriarcal. O feminismo negro radical tem ocupado os espaços públicos, os da mídia e das redes sociais para manter vivo o combate ao racismo.

A referida mestra demarca o fato de essa violência extrapolar o domicílio, na medida em que autores de violência, principalmente parceiros íntimos, controlam suas parceiras na ida ou na volta do trabalho, seja pela insistência de sua companhia física, controle dos horários de ida e retorno do trabalho, telefonemas às chefias causando-lhes constrangimento social. Com o advento da alta tecnologia, esse controle passou para o celular, com o vasculhar mensagens e contatos, o monitorar o conteúdo e a frequência nas redes sociais. Até mesmo a revelação pública, em tempos de *self* e publicização da intimidade, de contatos íntimos e fotos eróticas é utilizada para expor as mulheres, como uma demonstração de abuso de poder e para criar uma situação de humilhação pública. Quando se trata de filhas/enteadas abusadas sexualmente, pais/padrastos podem criar obstáculos à sua independência, seja pelo não consentimento de namoro, pelo controle dos horários da agenda diária de adolescentes e das amizades.

O território simbólico criado pelos sujeitos quando designam significados aos fatos, às coisas e às relações sociais têm num dos fertilizantes deste solo, o abuso das relações de poder através da hierarquização via as bases históricas da ordem patriarcal de gênero e sua incorporação ao modo de produção vigente.

Na última década do século XX, ocorreram as Conferências Mundiais promovidas pela ONU sobre questões transversais aos países-membros. Tomo para destaque a de 1993, em Viena, que entre inúmeras decisões ficou marcada pela regência da complementariedade solidária e pela irrevogabilidade. Reforço as características dos direitos humanos de serem universais, inalienáveis (intransferíveis, inegociáveis), indivisíveis (violou um direito, todos estão violados) e inter-relacionados e interdependentes². Em AZAMBUJA e NOGUEIRA

² Em março de 1993 foi divulgado o novo Código de Ética do Assistente Social (resolução CFESS n. 273) numa sintonia fina com as lutas internacionais de direitos humanos que fomentaram, em junho, a 3ª Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena. Pressupostos e princípios pautados no respeito à liberdade, à garantia de direitos de todos sem discriminação de etnia, inserção de classe social, religião,

(2008) há um deferimento especial sobre a mudança radical da ONU através da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993 impondo aos governos a obrigação de zelar pela garantia dos direitos das mulheres de viverem livres de violência. Estas autoras reportam-se às pesquisadoras portuguesas Vicente (2000), Lopes(2005) e Monteiro(2005), suas conterrâneas, resgatando historicamente o caminho percorrido para o definitivo reconhecimento de toda e qualquer violência de gênero praticada contra as mulheres ser uma violação de direitos humanos. Tomamos a liberdade e a ousadia de sintetizar as demarcações realizadas pelas estudiosas no interior do artigo consultado:

Violência contra as mulheres significa qualquer ato de violência de gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada. Caracteriza-se pelo uso e abuso de poder e controle nas esferas públicas e privadas e está intrinsecamente ligada com os estereótipos de gênero que estão subjacentes e perpetuam tal violência. A violência contra as mulheres constitui uma expressão da relação de desigualdade entre homens e mulheres. É uma violência baseada na afirmação da superioridade de um sexo sobre o outro, nomeadamente, dos homens sobre as mulheres. Trata-se de um fenômeno que afeta toda a sociedade, devendo ser considerado o contexto social em que estes atos de violência ocorrem.

Na cidade do Cairo, em 1994, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, ficaram estabelecidos os direitos sexuais e direitos reprodutivos como direitos primordiais das mulheres sobre seus corpos, exercício da sexualidade e vida reprodutiva. Nesse mesmo ano houve a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher – Convenção de Belém do Pará. Foi adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, onde se definiu violência contra a mulher e, posteriormente, foi referência para a elaboração da Lei Maria da Penha, lei 11.340 de 7 agosto de 2006 (Brasil, 2006). Entre as definições temos

[...] entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou

nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. (Lei 13 140, 7/08/2006, artigo I)

Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:

- a. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;
- b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e
- c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. (BRASIL, 2006, artigo 2)

Em 1995, em Pequim, na Conferência Mundial de Mulheres, foram assimiladas as decisões das anteriores, fez-se o reconhecimento da feminização da pobreza pelo fato de 70% dos pobres serem mulheres, tornando-se definitiva a garantia de direitos das mulheres contra qualquer forma de violência de gênero. O Brasil participou de todas essas conferências, assinou e ratificou as declarações e os acordos que fortalecessem, protegessem e defendessem os direitos das mulheres à vida enquanto sujeitos de direitos na sua integralidade física, mental, psíquica, ética, moral e política. Todas essas conferências foram reavaliadas duas décadas depois, com a denominação de Cairo +20, Pequim +20 etc.

Em 1999, Saffioti, sintonizada com análises decorrentes dessas reflexões mundiais, publica suas reflexões sobre a historicidade, a gravidade, a naturalização e a invisibilidade política e, principalmente, as particularidades da violência entre parceiros íntimos. Parece ter sido uma contestação da permanência deste país desarticulado com esses tratados internacionais dos quais era signatário e, de forma irônica, fez uso da máxima popular afirmando que já se mete a colher em briga de marido e mulher. Estabeleceu diferenças conceituais entre as expressões de violência doméstica e familiar, no terreno da violência de gênero e intrínseca às questões estruturais das relações sociais.

Historicamente, vale resgatar parte das características dessa modalidade de violência, na medida em que o Estado brasileiro, entre 1995 e 2006, enquadrou-a na Lei n. 9099, a dos *crimes de pequeno potencial ofensivo*, julgados em Juizados Especiais Criminais, os de Conciliação, menorizando a complexidade e o impacto perverso do fato de essa violência ser rotineira, repetitiva na vida das mulheres e os demais familiares.

Naquela década, existiam serviços pontuais, em diferentes municípios, para o atendimento de mulheres em situação de violência e iniciativas de feministas que adentravam os governos municipais, principalmente, os denominados de administração democrática e popular, como o foi de Luiza Erundina na capital de São Paulo, entre 1989 e 1992. Nesse período, criou-se a Coordenadoria Especial da Mulher e, dentro desta, a Casa Eliane de Grammont³, em 1990. O trabalho foi pioneiro, era de natureza sociorreflexiva, com vistas à assistência o mais integral possível, ao respeito e ao reconhecimento da fala das mulheres, criando uma sintonia com seu pedido de justiça. Estavam previstos a reeducação de gênero e o fomento de atividades preventivas e que dessem visibilidade política a essa violência praticada contra as mulheres enquanto uma violação de direitos humanos.

Essa perspectiva de atendimento multiprofissional foi motivada por avaliações sobre as delegacias especiais de atendimento às mulheres em situação de violência, desde 1985, cuja importância era confirmada, mas ainda se mostrava insuficiente. Havia uma dinâmica das mulheres, com busca de ajuda através do registro da denúncia, seguida de desistências e retornos num movimento contínuo, conceitualmente definido anos adiante de “ciclo da violência doméstica”, numa espiral de crescimento e de gravidade e de maior proximidade da iminência do risco de morte.

Nenhuma modificação na legislação penal havia ocorrido diante das especificidades dessa violência, e as mudanças culturais eram mínimas. A ausência de uma política pública alinhavada pelo gênero e com serviços que respondessem de forma integral para essas mulheres as empurrava para o campo do medo – aquele que as tornava impotentes –, para o isolamento social e sem o reconhecimento ético e político da violação de direitos a que estavam sendo submetidas por pessoas de sua confiança e intimidade. Reconhecia-se só para enfrentar e encontrar soluções e superar essa violência.

³ Em 1997, analisei a criação desta Casa, enquanto uma semente de política pública, dados seu pioneirismo e sua inovação, na minha dissertação de mestrado pela PUC-SP.

A violência doméstica e familiar era registrada num Termo Circunstanciado, restrito ao fato ocorrido e que havia motivado a busca de ajuda das mulheres à delegacia especializada. Não haveria criminalização, e a violência enraizada nas desigualdades de gênero seria “resolvida” numa mesa de conciliação entre o autor e a vítima de violência, como se ambos estivessem em pé de igualdade nas relações de poder da vida de fato, cotidiana, em que estavam imersos social e politicamente.

Se, por um lado, essa lei era reconhecida por sua celeridade sem fazer uso da burocracia do processo criminal e de forma pioneira valorizava a fala da vítima no direito penal do país, de outro, os resultados efetivos se restringiam a advertências, e possíveis multas pagas pelo autor eram transformadas em doações a creches. O arquivamento dos autos era o destino comum em todas as situações denunciadas. Novos fatos, novos relatos, novas audiências de conciliação – assim, a historicidade da violência era omitida pelo Judiciário. Ante o crime de ameaça de morte, de difícil comprovação objetiva, aquele que retira a segurança do ir e vir de qualquer sujeito, muito mais para mulheres que foram ameaçadas por seu parceiro de vida, de intimidade, entrava-se em conciliação. Agressor e vítima retornavam à mesma moradia. A violência era devolvida para a individualidade das mulheres, com a anuência estatal, via Judiciário.

Em contraponto a essa baixa ofensividade com que o Estado brasileiro reconhecia a violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres, com ênfase nas parcerias íntimas, Saffioti (1999) fez demarcações importantes, como a sua compreensão de que essa violência ocorre em relações afetivas e para isso a ruptura necessitaria de intervenção externa. Mulheres nesse cotidiano têm dificuldade de se desembaraçar do marido/autor da violência, principalmente se considerássemos a não resposta estatal, a educação ou a domesticação de gênero por uma identidade mais afinada com a subalternidade, e a dependência afetiva e econômica das mulheres na companhia de um parceiro homem.

Mulheres lidariam mais com micropoderes, presentes nas relações cotidianas, decorrente do “desconhecimento e da ignorância sobre sua história como mulher e das lutas e conquistas feministas”; elas não teriam livre acesso aos macropoderes. Diante desses limites, socialmente, a estudiosa propôs alternativas de superação, como: saber tecer a malha social entre os processos da grande e macropolítica e a micropolítica – um desafio eterno, mas torná-las conscientes disso aumentaria sua participação na política institucional.

Segundo a autora, quando mulheres conseguem transitar nessas esferas do poder, elas o fazem com sucesso, e foi possível observar essas conquistas através da constituição das cotas nos partidos políticos; do incentivo às lideran-

ças das mulheres nos movimentos sociais, das lutas contra o Estado diante das mortes violentas (Mães de Maio/SP); de denúncias, mobilizações, ações, conquistas das mulheres negras e indígenas; das lutas contra a violência sexual, do reconhecimento do assédio sexual. Mais recentemente, os depoimentos públicos de celebridades artísticas internacionais, nacionais e blogueiras sobre os abusos sexuais praticados por seus superiores, professores; a deflagração do movimento *Me too*; além da nova legislação sobre esse abuso nos espaços públicos, como a da importunação pública.

O Estado brasileiro foi sendo obrigado a realizar seu dever de casa, em relação a sua Carta Magna e aos acordos internacionais, comprometendo-se, em termos de responsabilidade, em coibir, prevenir a violência doméstica e familiar, segundo a violência de gênero, via Lei n. 11.340, em agosto de 2006 (BRASIL, 2006), que, mais do que criminalizar, tem em seu bojo criar um freio social ao abuso de poder dos homens sobre as mulheres, estabelecer um direcionamento ético e político de divisão de responsabilidades e ações para cada um poderes públicos diante dessa violência, assim como o reconhecimento, em 2015, do feminicídio.

Mesmo que em termos de direitos legais tenha havido esse reconhecimento, teoricamente é importante avançarmos na compreensão dessa violência em função de todo o enraizamento histórico demonstrado.

Na continuidade dessas reflexões no terreno da violência de gênero, Saffioti aponta que ela, nas “modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino” (SAFFIOTI, 1999, p. 86), em que a distribuição do espaço e do tempo para homens e mulheres é desigual e com prejuízo para elas, já que os espaços e tempos delas no domicílio efetivam-se, ainda e prioritariamente, no trabalho doméstico e nos cuidados com a prole, em detrimento dos espaços e do tempo possíveis para a privacidade e o ócio.

SAFFIOTI segue em sua análise afirmando não haver

[...] duas esferas: uma das relações interpessoais [...] e outra das relações estruturais [...]. Não existe a classe social como entidade abstrata. Uma classe social negocia com outra através de seus representantes, que tampouco são entidades abstratas, mas pessoas. Todas as relações humanas são interpessoais, na medida em que são agenciadas por pessoas, cada qual com sua história singular de contactos sociais. Por mais que desejem desvincular-se desta história para representarem sua classe, seu passado e sua singularidade pesam tanto que se chamam alguns de bons negociado-

res e outros de maus negociadores. [...] Afirmar que as relações de gênero são relações interpessoais significa singularizar os casais, perdendo de vista a estrutura social e tornando cada homem inimigo das mulheres. [...] Em outros termos, nunca é demais realçar, o gênero é também estruturante da sociedade, do mesmo modo que a classe e a raça/etnia. [...] O privilegiamento da classe social obscurece as demais clivagens existentes na sociedade. (SAFFIOTI, 1999, p. 86)

Outro elemento importante é a patologização dos agressores. “Internacionalmente falando, apenas 2% dos agressores sexuais, por exemplo, são doentes mentais, havendo outro tanto com passagem pela psiquiatria” (SAFFIOTI, 1999). Transtornos mentais, dependência química de álcool e drogas poderiam ser considerados detonadores, mas sua absolutização nos levaria a eliminar as desigualdades de gênero e sua hierarquização construídas socialmente e incorporadas nas relações interpessoais, como as domésticas e familiares.

Com relação ao poder, SAFFIOTI, a mestra faz o destaque sobre suas duas faces, a da potência e a da impotência (SAFFIOTI, 1999; ALMEIDA; SAFFIOTI, 1995). Mulheres seriam educadas para a impotência. Homens seriam socializados a reconhecerem a potência no exercício de acessar, conquistar e abusar do poder associado à força. Por essa razão, não saberiam conviver com as situações de impotência, como o desemprego, que no contexto da violência doméstica, poderia se relacionar a um fracasso, à impotência em cumprir seu papel de provedor, marcador político e social de seu poder e virilidade nesse espaço da vida, sobrando o uso da força.

Frequentemente, no atendimento de mulheres em situação de violência, ouve-se o relato sobre episódios e cenas de violência na esteira do fato de essas mulheres buscarem alternativas de sobrevivência para o cotidiano, procurando suprir as necessidades do dia a dia com vendas de produtos cosméticos na vizinhança e no local de trabalho e a assunção de outras atividades extras e remuneradas diante das dificuldades financeiras e, até mesmo, do uso abusivo de álcool de seus parceiros frente ao desemprego. Estes, por sua vez, desenvolviam sentimentos de desconfiança sobre as capacidades e iniciativas das companheiras, sempre as menosprezando. Não tendo objetividade nas críticas, as ofensas machistas partiam para o campo da moral com desconfianças, suspeitas sobre a quebra da fidelidade conjugal, mesmo que os homens já a tivessem rompido em outras situações.

Saffioti e Almeida foram e são autoras referenciais sobre as conceituações gênero, violência de gênero, violência doméstica, violência familiar e a pra-

ticada contra as mulheres; por vezes, esses conceitos eram e são utilizados como sinônimos, mas não o são. Lembramos que tais reflexões desta pesquisadora pioneira nos estudos feministas no país se deram no final do século passado e ainda no calor das conquistas de direitos para as mulheres, no plano internacional.

As concepções da mestre carioca, publicadas em 2007, quase uma década depois da sua produção, ocorreram num período em que a Lei Maria da Penha, escrita por juristas feministas com ampla consulta nacional e referenciada na violência de gênero, foi aprovada e começou a ser implantada, em substituição a qualquer forma de classificação dessa violência como de pequena ofensividade às mulheres. A Lei criminalizou essa violência, e causou e causa polêmicas, porque diferenciou as mulheres, no universo da igualdade formal de direitos entre homens e mulheres, quando na condição de vítima de violência doméstica e familiar. Responsabilizou e regulamentou a presença do Estado no espaço privado, tornando-o público do ponto de vista da defesa dos direitos das mulheres.

Por sua vez, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em implantação desde 2004, materializava a política nacional de assistência social, mas não explicitava a incorporação das concepções de gênero, raça/etnia na sua estruturação, nem concepções, normas, indicações metodológicas de intervenção... A prioridade definida na LOAS, lei 8742 de 7 de dezembro de 1993 (Brasil, 1993)⁴ considera os critérios geracionais: crianças, adolescentes e idosos; as pessoas com deficiência; a população em situação de rua; e todas as vítimas de violência doméstica e familiar.

As mulheres, enquanto vítimas de violência doméstica e familiar, foram incorporadas, como tinha sido definido no artigo 226 da CF de 1988, no conjunto dessas vítimas. Essa incorporação destoava das demarcações teóricas, históricas e políticas sobre as particularidades das desigualdades e da violência de gênero praticada contra as mulheres, que fomentaram e foram referendadas em todas as declarações e em todos os tratados internacionais de defesa dos direitos das mulheres.

Almeida (2007), em suas análises, defendia a incorporação da violência de gênero na agenda das políticas públicas, na medida em que conquistas, metodologias sob a perspectiva do gênero, em andamento nos serviços especializa-

⁴ Relembrando ser o mesmo ano da primeira Declaração Internacional de Direitos Humanos que reconhece a violência de gênero e impõe aos governos a busca de superações dessa condição de subalternidade política, econômica, social, histórica e cultural das mulheres no planeta.

dos, e as iniciativas da recém-criada Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2003, poderiam ser esvaziadas com a capilaridade do SUAS e o possível risco de domínio dessa perspectiva assistencial sem a inclusão das referências teóricas de gênero, enquanto perspectiva de maior alcance para a garantia universal de direitos com respeito às diferenças e desigualdades.

Enquanto no esteio teórico de Saffioti o poder patriarcal é encarnado na vida em família ou doméstica e a lógica da obediência hierárquica, combinada com as desigualdades de gênero – ordem patriarcal de gênero –, prevaleceria sobre tudo e todos, Almeida (2007), no mesmo terreno materialista, histórico e dialético que sua orientadora de doutorado e parceira de publicação, apresenta algumas nuances. Uma destas é sua pontuação do espaço doméstico como um *locus* de execução da violência:

[...] é uma noção especializada, que designa o que é próprio à esfera privada – dimensão da vida social que vem sendo historicamente contraposta ao público, ao político. Enfatiza, portanto, uma esfera da vida, independentemente do sujeito, do objeto ou do vetor da ação. (ALMEIDA, 2007, p. 23)

Em relação à violência familiar, mesmo não se diferenciando sobremaneira de Saffioti, a professora da UERJ se valeu da conceituação do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001, p. 15-16):

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. [...] não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que se constrói e efetua.

E nesta modalidade acentua que a produção e a reprodução endógenas da violência “se processam por dentro da família [...] marcando que [...] o sujeito e o objeto da ação não são determinados na estrutura do poder familiar o vetor da ação é diluído” (ALMEIDA, 2007, p. 24).

No percorrer dessa análise, apesar de não considerar suficiente essa conceituação, destaca-se o fato de que a “[...] família é a estrutura sexuada, por excelência, no seio do qual a subordinação das mulheres e das crianças foi – e

se mantém – jurídica e politicamente instituída” (LOUIS, 2000, p. 11 apud Almeida, 2017) “[...] vincular a violência a essa instituição possibilita pensar nos seus mecanismos de perpetuação de processos de subordinação das referidas categorias.” (ALMEIDA, 2007, p. 25)

A autora reconhece que as definições de violência doméstica e familiar desmistificam o caráter santificado da família e a noção de imutabilidade do espaço privado: “família pode ser uma instituição violenta, a despeito dos laços de afeto [...]” (ALMEIDA, 2007p. 25). E enfatiza, assim como Saffioti (1999, 2009), que “não há cisão entre as esferas pública e privada, o que pode ser valorado positivamente na perspectiva de se assegurarem direitos” (Almeida, 2007).

Em relação à violência contra as mulheres, Almeida (2007), acentua que essa concepção define o alvo; não teria sujeitos, só o objeto da ação, acentua o lugar da vítima, e da mulher, como preferenciais e, principalmente, demarca a unilateralidade em detrimento do caráter relacional da violência.

Propõe para a superação dos limites dessas conceituações a violência de gênero, destacando que esta teria maior neutralidade e se distanciaria da dominação patriarcal; seria a única com maior capacidade explicativa, teórica e histórica, desarticulada das noções descritivas das anteriores. Sustenta-se em sua perspectiva considerando o gênero em sua dupla dimensão do ponto de vista de categoria: a analítica e a histórica:

[...] é uma categoria que potencializa a apreensão da complexidade das relações sociais, em nível mais abstrato. [...] é uma categoria analítica. [...] relações de gênero apresentam-se como um dos fundamentos da organização da vida social – ao longo da história, vêm sendo estruturados lugares sociais sexuais, a partir das dicotomias público-privado, produção x reprodução, político x pessoal [...] desigualdades sociais – são também uma categoria histórica (ALMEIDA, 2007, p. 26)

Avança nas análises reforçando:

A violência de gênero só se sustenta em um quadro de desigualdades de gênero. [...] integram o conjunto das desigualdades sociais estruturais [...] no marco do processo de produção e de reprodução das relações fundamentais – as de classe, étnico-raciais e de gênero. [...] podem-se agregar as geracionais, visto que não correspondem tão somente à localização dos indivíduos em determinados grupos etários, mas também à localização do sujeito na história, na ambiência cultural de um dado período, na partilha ou na recusa dos seus valores dominantes, nas suas práticas de sociabili-

dade. O conjunto complexo e contraditório dessas relações, que se potencializam mutuamente, coloca limites e abre possibilidades às práticas sociais dos sujeitos individuais e coletivos. (grifo do autor / ALMEIDA, 2007, p. 27)

Além disso, afirma que as desigualdades de gênero são fundadas e fecundam-se a partir da matriz hegemônica de gênero, a binária, a das concepções dominantes de masculinidade e feminilidade que se movimentam e se alteram nas disputas simbólicas e materiais elaboradas por dentro das instituições que no processo de reprodução social são incontestáveis, como a família, a escola, a igreja e os meios de comunicação, e ainda são materializadas nas relações de trabalho, nas sindicais, na divisão sexual do trabalho em diferentes esferas da vida e nas organizações da sociedade (ALMEIDA, 2007).

Nessa dinâmica, vai demarcando o caráter relacional e ainda hierarquizado da violência de gênero entre homens e mulheres, haja vista sua inserção desigual nas estruturas sociais e familiares.

Enfatiza também o fato de a violência física não se sustentar sem a violência simbólica, na medida em que esta é acionada para legitimar as ações ou relações de força. Nas parcerias íntimas, a violência de gênero teria a dimensão simbólica potencializada porque se realiza nesse espaço fechado e ambíguo, mais denso em valores e moral, onde as categorias de conhecimento e de reconhecimento do mundo seriam mais afinadas, teriam mais peso com as emoções do que com a racionalidade. Articulam-se o medo, o sentimento de vergonha, a culpa, a dor, a indignação, emoções que, uma vez juntas, podem dificultar a leitura, as análises e avaliações para enfrentar a violência e planejar possíveis saídas (ALMEIDA, 2007).

Os prejuízos de viver em relações violentas, em processos de subordinação e dependência de forma sistemática, podem desenvolver o desamparo apreendido, enquanto impacto da violência na produção da passividade, expressa via depressão e ansiedade, em função da incorporação, por parte das mulheres, da culpabilização que lhes foi imposta e por elas absorvida (ALMEIDA, 2007). Esses são alguns dos marcadores de cronificação da violência de gênero nos relacionamentos íntimos, e seus impactos na saúde das mulheres, provocando ainda solidão/isolamento; desgaste emocional, confusão mental...

Considerações finais

Nós, mulheres, entramos neste século com muitas conquistas de direitos civis, legais e políticos, nos planos internacional e nacional. Os apontamentos feitos neste texto são centrados em duas autoras: uma, socióloga, advogada, pesquisadora primeira destas terras sobre a violência de gênero praticada contra as mulheres, principalmente a doméstica e familiar, sob a perspectiva das desigualdades de gênero, professora Saffioti.

A outra, a professora Almeida, assistente social e doutora em Ciências Sociais, articulada entre pesquisa, ensino e extensão, pela UFRJ, sobre essa mesma violência e as desigualdades de gênero, ampliando o espectro de suas análises para as mulheres em todas as esferas da vida, seja no espaço das relações familiares e domésticas, no pioneirismo das reflexões sobre feminicídio (1996) e no espaço público via pesquisa sobre a organização das mães cariocas quando se posicionaram e lutaram publicamente contra as forças autoritárias do Estado brasileiro quando agentes estatais executaram jovens, adultos, moradores das comunidades em homicídios coletivos, chacinas, na década de 1990, no Rio de Janeiro. Registrou e analisou a força do gênero feminino subalternizado e a capacidade das mulheres de se constituírem em sujeitos políticos, protagonistas das denúncias e do acompanhamento detalhado do andamento dos processos criminais em que havia o registro das execuções de seus familiares.

A produção destas referências teóricas e políticas é fundamental e subsidia a elaboração de diretrizes, políticas, serviços, projetos e ações de profissionais de natureza interdisciplinar que visam a socialização desse conhecimento através do incentivo aos processos reflexivos de reeducação de gênero, numa perspectiva social, coletiva e individual com o propósito de criar fissuras e rupturas com as formas conservadoras e tradicionais de naturalização das desigualdades e da violência de gênero.

As desarticulações entre as políticas sociais e o sistema de segurança e justiça, identificadas, assim como os movimentos ambíguos e contraditórios no interior de cada uma das políticas de segurança pública, da defensoria e do ministério público, mais o Judiciário, atuam como fertilizantes das resistências sociais, das burocracias e dos aprisionamentos nas formalidades e superficialidades das respostas estatais diante da realidade perversa da violência doméstica e familiar, anunciada diariamente.

Valores culturais e morais centralizados na ordem patriarcal do gênero permanecem nos subterrâneos das relações sociais/interpessoais, nas institui-

ções e nas organizações e podem ser acionados no cotidiano, orientando e definindo no poder a capilaridade das intervenções e o esvaziamento ou a potência das desigualdades e da violência de gênero no exercício cotidiano da vida.

Adentrar nesse campo de mediações, na esfera das políticas públicas, no seu percurso de materialização e no fazer diário profissional, pode ser uma alternativa importante para se conhecer de forma mais aprofundada mecanismos de produção e de reprodução da violência, e para criar, em acordo com os princípios éticos, os canais de ruptura desse processo de violação de direitos.

Referências

- ALMEIDA, S. S. de. **Femicídio**: algemas (in)visíveis do público privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998
- _____. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, S. A. (org.) **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- AZAMBUJA, M. P. R. de; NOGUEIRA, C. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 101-112, set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 5 jan. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- _____. **Lei n. 9099 de 26 de setembro de 1995**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm> Acesso em: 12 dez 2020.
- _____. **Lei 13 140, de 7 de agosto de 2006**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> acessado em 12 dez 2020
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- OEA. CONVENÇÃO Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”. Aprovada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos em 9 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995. Belém (PA) 1994. Disponível em: <<http://cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

DECLARAÇÃO sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993. Disponível em: <<https://popdesenvolvimento.org/publicacoes/temas/descarregar-ficheiro.html?path=4%29+Direitos+Humanos%2Fc%29+G%C3%A9nero%2FDeclara%C3%A7%C3%A3o+Sobre+A+Elimina%C3%A7%C3%A3o+Da+Viol%C3%Aancia+Contra+As+Mulheres.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

FORTES, R. V. Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 441-451, nov. 2018. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufsc.br>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In SAFFIOTI, H.I.B. e MUÑOS-VARGAS, M. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS: Brasília, D.F.: UNICEF, 1994. p 151-185

_____.; ALMEIDA, S.S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995

_____. H. I. B. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, M (org.). **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997. p. 39-57.

_____. H.I.B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

_____. H.I.B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres. In: **Série Estudos e Ensaios**/Ciências Sociais/ FLACSO. Brasília: FLACSO – junho 2009. Disponível em: <www.flacso.redelivre.org.br>. Acesso em: 6 jan. 2020.